

Quando uma bomba cai, onde ela explode?

Anna-Maria de Lemos Bittencourt¹

Resumo: A autora discute algumas questões suscitadas pela entrevista de Yolanda Gampel. Vê na possibilidade do testemunho, no compartilhamento de uma experiência traumática com o outro – na psicanálise ou em outros campos –, uma possibilidade de reconstrução psíquica dos que estiveram submetidos a situações-limite de violência. Fala ainda das fronteiras entre realidade interna e externa, assim como do peso dos fatores individuais e culturais na constituição de experiências traumáticas.

Palavras-chave: trauma; testemunho; ressonância; continência; mutualidade.

Nenhum homem é uma ilha, isolado em si mesmo; [...] a morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do gênero humano. E por isso não pergunte por quem os sinos dobraram; eles dobraram por ti.
(John Donne)

A entrevista de Yolanda Gampel chegou-me às mãos quando se encerrava o III Encontro Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro/Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – este ano, em homenagem a Nelson Mandela e sua luta pela liberdade –, ocasião em que se realizou um amplo debate sobre violência social e política, preconceito, solidariedade, reconciliação e perdão.

Como se vê, o ódio e a violência podem servir-se de diversas faces, do regime do *apartheid* da África do Sul, da *Shoah*, das guerras entre israelenses e palestinos, das guerras de libertação africanas, da tortura nas ditaduras sul-americanas, entre as muitas atrocidades que marcaram o século XX e perpetuam-se até nossos dias, deixando a descoberto o poder da destrutividade humana, seu fator disruptivo e a consequente produção de situações traumáticas.

Foi com admiração e esperança que vi, espelhados em Yolanda, o espanto e a revolta frente à capacidade do ser humano de odiar e destruir seu semelhante, e vi as ações efetivas tomadas visando minorar os efeitos deletérios desta violência. O trabalho de trinta anos com filhos de sobreviventes do genocídio nazista, e posteriormente com vítimas dos conflitos entre Israel e Palestina, é a prova disto.

1 Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ).

“Por que precisamos nos matar uns aos outros?” O que mais se pode fazer para diminuir o ódio? – indaga nossa entrevistada – e, ao tornar presentes e contínuas as perguntas – as mesmas que reiteradamente perseguiram Freud –, produz em todos nós uma inquietação, por si só, estímulo para reflexões e ações. A complexidade desses e de outros problemas aqui postos exige, evidentemente, um trabalho multifacetário e multidisciplinar, que conte com todos aqueles que também acreditam na capacidade construtiva do homem.

O testemunho na análise

Impressionou-me, na entrevista, o alcance das atividades de Yolanda, estendendo-se por espaços múltiplos, em análises pessoais, no hospital, na universidade, no trabalho com crianças, com adultos, com grupos, dando supervisões, atravessando as perigosas fronteiras entre Israel e Palestina, mostrando seu admirável desejo de ajudar o ser humano.

A amplitude e a extensão das questões trazidas permitem-me apenas bordejá-las. Inicio discutindo o conceito psicanalítico de trauma, partindo das observações clínicas de nossa entrevistada, dos seus atendimentos a vítimas da *Shoah* e também aos que sofreram as consequências dos conflitos e guerras entre israelenses e palestinos. Entre os primeiros, ela identifica um dado especialmente significativo: a intensa necessidade de relatar sua história, comunicar a experiência indizível de terror a alguém que se disponha a escutá-los. A escuta analítica oferece a possibilidade de *retraumatização* da experiência, ou seja, a possibilidade de revivê-la de modo assimilável psiquicamente, na medida em que ela é filtrada pela relação transferencial.

Em determinadas situações, o relato da história pode ser interceptado e substituído por uma fala excessiva e repetitiva (como Yolanda supôs ser o caso da sobrevivente de Auschwitz) ou pelo silêncio (como o de filhos dos sobreviventes). Tais expressões aparentemente distintas têm uma origem comum: são modos de defender-se contra a revivescência da experiência traumática, que não pode ser elaborada simbolicamente. A repetição compulsiva destas manifestações – falar ou calar – ou as de outras tantas – os sonhos de angústia, por exemplo – são intermináveis modos de buscar alguma inscrição psíquica e, neste sentido, podemos considerá-las equivalências do lembrar. Assim, quando os filhos dos sobreviventes do genocídio dizem que não podem ou não têm o que falar, podemos pensar que seu silêncio sepulta uma história que não foi contada, que lhes foi transmitida em estado bruto, através dos fragmentos dispersos que estiveram clivados na mente dos pais, fadados a perpetuar-se deste modo no psiquismo dos filhos, caso certas condições não sejam propiciadas. O impedimento do relato ancora-se na impossibilidade de lembrar, mas não há memória sem representação – o não representado é não vivido. Estamos nos referindo aqui certamente ao conceito freudiano de trauma e acreditamos que ele pode ser útil para explicar o modo de funcionamento psíquico daqueles que foram psiquicamente destroçados pela violência.

Como, contudo, fazer valer esta teoria em uma prática? Coube aos seguidores de Freud, principalmente a Ferenczi e Winnicott, destacar a importância da presença do outro na construção dos processos simbólicos:

não é possível lembrar algo que ainda não aconteceu, e esta coisa do passado não aconteceu ainda, porque o paciente não estava lá para que ela lhe acontecesse. A única maneira de “lembrar” [...]

é o paciente experienciar esta coisa do passado pela primeira vez no presente, ou seja, na transferência. (Winnicott, Shepherd & Davis, 1994, p. 74)

Tais observações convergem com as de Yolanda, que entende o trabalho da psicanálise não como uma volta ao passado, mas como “estar no presente, em presença de outro”. Não se resgata a verdade no passado; ela é reconstruída no presente, e, mesmo na ausência de lembranças, a construção ganha para o analisando o *status* de verdade; é o que Freud chamou de *verdade histórica*.

O que é estar presente em uma análise? É poder ressignificar, ou melhor, significar a experiência traumática através da experiência emocional com alguém que escute, olhe, dê continência e contornos a uma imagem despedaçada, refletindo-a de modo integrado. A *presença* do analista implica um investimento amoroso; só o trabalho de Eros será capaz de refletir a humanidade daqueles que a tiveram negada. Estamos falando da experiência da mutualidade na relação transferencial – conforme a entendeu Winnicott –, possível pela ação do “analista devotado comum”. É pela ressonância afetiva no outro que o testemunho de uma história ganha corpo, as palavras, o significado, as pessoas, a existência. Nossa inesquecível e querido poeta Manoel de Barros, que acaba de nos deixar – “para virar pássaro” –, disse um dia:

Não pode haver ausência de boca nas palavras:
nenhuma fique desamparada do ser que a revelou.
(Barros, 2010, p. 345)

Recentemente, tive oportunidade de reler o livro de Carlos Doin, *Uma estrela pela fresta*, o terrível e pungente relato do calvário da menina Gucia em Auschwitz, sua sobrevivência e sua vida depois. Encontra-se ali um relato de sua análise com Paula Heimann, e também trechos de cartas que a analista posteriormente lhe escreveu que bem servem para descrever este estado de ressonância de que estamos falando. Numa delas, Paula diz: “Você me libertou da ‘culpa do sobrevivente’, e eu a você dos horrores da desumanidade (*inhumanity*) que tinha sofrido, mas você também sofria da culpa do sobrevivente. Estou planejando escrever um livro sobre mutualidade e reciprocidade” (Doin, 2003, p. 128).

Como se viu, frente a situações de *deficits* simbólicos, vazios ou angústias inomináveis, o analista é convocado a um papel ativo na função de ressignificação e reconstrução das situações traumáticas, para o que, mais do que nunca, torna-se fundamental a consideração dos movimentos contratransferenciais, que passam a funcionar como uma espécie de bússola nestas análises. Mas a carta de Heimann – analista pioneira na valorização da contratransferência como instrumento clínico – revela algo mais: sua crença de que as transformações que ocorrem em uma experiência analítica têm mão dupla, afetarão fatalmente analisando e analista.

Nossa entrevistada questiona-se ativamente sobre sua participação nos impasses observados na clínica, atenta a possíveis envolvimentos contratransferenciais, diante do não dito dos filhos dos sobreviventes da *Shoah*, ou da imatura, e quiçá sábia, Yolanda que recusa atendimento à sobrevivente de Auschwitz – “desinteresse” que talvez tenha prevenido a si mesma e a esta senhora dos riscos que tal empreitada poderia acarretar, pois, afinal, psicanálise não é trabalho para principiantes.

As interligadas realidades

Aos enevoados limites entre movimentos transferenciais e contratransferenciais no campo analítico, acrescentam-se indagações sobre outros limites, quando acontecimentos violentos da realidade arrombam os limites de um indivíduo e/ou de um povo. O encontro, no consultório da analista, da religiosa extremista, judia ortodoxa, com um advogado defensor de palestinos – identificado por ela à própria analista –, após o assassinato de um jovem palestino incendiado vivo por israelenses, foi a situação desencadeante das ansiedades persecutórias na sessão, entendidas como fruto das fantasias violentas projetadas na analista. Em outra situação clínica, o barulho de uma sirene avisando que uma bomba pode estar prestes a explodir perto do consultório mobiliza analista e cliente, levando-os a abrigarem-se em um refúgio que a analista tem em sua casa para essas emergências.

As ameaças trazidas pela guerra se impõem, e, se uma análise ocorre em situações de realidade externa violentas, o foco pode estar ora voltado ao trabalho sobre as fantasias, ora sobre os processos perceptivos que anunciam os perigos da realidade. Há relatos da Segunda Guerra de pacientes psicóticos que não tomavam conhecimento dos riscos dos bombardeios porque os perigos interiores os deixavam alienados da realidade. Não sabemos das possíveis fantasias do segundo analisando de Yolanda, posteriores ao episódio da bomba. Mas a história dele remeteu-me a Melanie Klein (1975) e ao tratamento de seu paciente Richard, cujos sintomas foram intensificados a partir dos bombardeios aéreos da Segunda Guerra. Sem negar a realidade da guerra, protegendo o menino quando necessário, Klein mergulhou fundo na análise das fantasias sádicas de Richard contra os pais, o que resultou em alívio significativo do sofrimento da criança. Como se vê, estamos sempre, em nossa clínica, nesse equilíbrio instável entre os pesos que, a cada momento, se deve dar à realidade externa ou interna, entre as quais deslizamos constantemente em nosso trabalho analítico.

Trauma, traumas, outros testemunhos

Nós, psicanalistas, não podemos ser ingênuos nem reducionistas quanto ao alcance da função terapêutica da análise; agimos numa esfera pessoal, na singularidade de cada caso, e estamos cientes de que ela não abrange o vasto campo das intervenções necessárias para tratar sofrimentos multideterminados, que deverão vir igualmente de ações culturais, sociais e políticas, que por sua vez serão sempre incompletas. Sabemos também que é impossível dissociar, em um acontecimento, a dimensão social e a privada – “quando acontece algo no social, acontece algo a nós e aos pacientes”, diz Yolanda. O movimento contrário tem igual força e pode-se, assim, acrescentar que, quando acontece algo a nós e aos nossos pacientes em uma análise, acontece algo no social, pois é proposta de uma análise a abertura do sujeito para o outro. A mesma circularidade se faz nas experiências traumáticas; a violência segue por uma via de mão dupla. Acho que é este o sentido que ela, nossa entrevistada, quis dar ao *núcleo radioativo*. Assim, quando uma bomba cai, seus estilhaços atingem o indivíduo e a sociedade.

Encontraremos formas diferentes de ações terapêuticas, específicas de cada cultura, como aquelas praticadas pelos curandeiros com as crianças-soldado, vítimas do terror das guerras em Angola e Moçambique. Através do contato e uso de objetos materiais, de experiências sensoriais e de determinados atos com evidente valor simbólico, intermediados pelo

curandeiro e pela própria comunidade, traz-se alívio para o sofrimento do jovem. A riqueza destas práticas está descrita no artigo “Pedrito” (Bragin, 2010).

Foi ainda pensando na questão da materialidade do objeto que lamentei desconhecer o conceito de *objeto tesourizado*, usado por nossa entrevistada, falha que espero em breve poder resgatar. Imaginei se ele não teria, de um modo semelhante ao objeto transicional, a função de simbolizar ou pré-simbolizar, de representar mentalmente um bom objeto, no caso, a mãe, que, corporificada no papel da bala presenteada, possibilitou a sobrevida do menino.

A necessidade de endereçar o relato da experiência traumática a um outro que o escute e dê continência à intensidade traumática desestruturante, que destacamos na experiência analítica, a encontraremos igualmente na produção literária de vítimas das barbáries. Primo Levi, em *É isto um homem?* (1988), disse que o desejo de contar sua história “aos outros”, de tornar “os outros” dela participantes, era uma coisa tão imperiosa entre os sobreviventes que competia com outras necessidades elementares; o caráter de urgência da escrita tinha a finalidade de libertação interior. É contando com a ressonância no outro que uma história pode ser falada ou escrita; só neste momento o acontecimento traumático é capturado psiquicamente e adquire valor simbólico. Carmen Lucia Secco (2010) faz observações do mesmo porte ao analisar a produção literária dos poetas angolanos e vê no filtro literário a forma possível de representar a irrepresentável realidade factual. A poesia, diz ela, amortece as ideias dolorosas sem trair a carga de sofrimento vivido, transmitido pela força e potência da linguagem poética, e, por participar da história e da sociedade, tem um papel de crítica social e política. É o particular se transformando no universal. Semelhante observação faz Derrida (2005) sobre o relato autobiográfico de Mandela, cuja dor recebeu ali caráter testemunhal e que, por ser endereçado ao outro, transmutou-se de dor particular em causa universal.

O poder do testemunho e sua consequência política podem ser muito especialmente observados através da ação da Comissão da Verdade e Reconciliação na África do Sul. A apuração da verdade, quando exposta em testemunho, traz alento para a dor, como assinalou Marinho (2014): “o homem teria fome de verdade”. Isto, junto com o perdão e a anistia, tornou possível às vítimas do *apartheid* refazer sua dignidade, fato crucial para a constituição do governo de reconciliação.

Alguns pensadores, como Ortega Martínez (2011), entendem que o adiamento da Alemanha em fazer o luto e admitir publicamente sua responsabilidade no genocídio judaico – coisa que só posteriormente vem sendo realizada – teria sido o responsável pela dificuldade daquele país, no período pós-Segunda Guerra, de reconstruir sua identidade.

Como se vê, o trabalho de representação e de luto das experiências traumáticas, quando produzidas pela cultura, precisa ser realizado também pela própria cultura, sob pena de o irrepresentável continuar a funcionar como o *núcleo radioativo* maligno. Talvez seja isto que Yolanda queira questionar quando diz que o trauma da *Shoah* difere do trauma freudiano, não porque ele adquira no sujeito uma categoria psíquica diferente, mas porque ele cobra do social uma resposta, que ainda não lhe foi dada. As situações traumáticas multi-determinadas devem ser examinadas sob todos os ângulos. Pergunta-se se é possível “a cura” de um trauma em que o ser humano é exposto a situações-limite de sofrimento, como diante de políticas de extermínio, cujo único objetivo é retirar da pessoa sua humanidade através de um método sistemático e permanente de tortura e destruição de seu corpo e sua alma; as marcas

deixadas seriam indeléveis, as feridas, incuráveis. Não me sinto capaz de responder a esta questão, mas creio que o ser humano tem formas surpreendentes de reconstrução quando encontra condições favoráveis.

São condições favoráveis as que Yolanda oferece quando analisa pacientes, quando cobre no hospital uma criança desamparada, quando se reúne por dez anos escutando sessenta pessoas que foram crianças durante a *Shoah*, quando participa de fóruns para discutir os efeitos da violência social e política, quando cobra do seu governo e das lideranças mundiais uma ação afirmativa contra a guerra, quando procura entender a violência do outro lado do mundo, quando divulga suas ideias por meio desta entrevista tão intensa. É sua forma de testemunhar.

Através de seu trabalho, Yolanda persegue a trilha acenada por Freud: “tudo que promove a evolução cultural também trabalha contra a guerra” (Freud, 1932/2010, p. 435).

Cuando cae una bomba, ¿dónde explota?

Resumen: La autora discute algunos temas planteados por la entrevista de Yolanda Gampel. Observa en la posibilidad del testimonio, en el hecho de compartir una experiencia traumática con el otro – en el psicoanálisis o en otros campos –, una posibilidad de reconstrucción psíquica de los que estén sometidos a situaciones límites de violencia. Habla además de las fronteras entre la realidad interna y externa, así como del peso de los factores individuales y culturales en la constitución de experiencias traumáticas.

Palabras clave: trauma; testimonio; resonancia; continencia; mutualidad.

When a bomb falls, where does it explode?

Abstract: The author discusses some issues evoked by the interview with Yolanda Gampel. She sees in the possibility of a testimony, of the sharing with another of a traumatic experience – in psychoanalysis or in other fields –, a possibility of psychic reconstruction of those who have undergone extreme situations of violence. She also deals with the boundaries between internal and external reality, as well as the weight of individual and cultural factors in the constitution of traumatic experiences.

Keywords: trauma; testimony; resonance; continence; mutuality.

Referências

- Barros, M. de. (2010). Livro sobre nada, 3a. parte. In M. Barros, *Poesia completa* (pp. 345-353). São Paulo: Leya.
- Bragin, M. (2010). Pedrito. *Trieb*, 9(1-2), 233-246.
- Derrida, J. (2005). O perdão, a verdade, a reconciliação: qual gênero? In E. Nascimento (Org.), *Pensar a desconstrução* (pp. 45-92). São Paulo: Estação Liberdade.
- Doin, C. (2003). *Uma estrela pela fresta*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2010) Por que a guerra? In S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 18, pp. 417-435). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1932)
- Klein, M. (1975). *Narrative of a child analysis*. London: Hogart Press.
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?* (L. Del Re, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Marinho, F. (2014). *Algumas evocações de uma psicanalista sobre o tema: Violência social e política. Comissões de verdade e reconciliação. O perdão-tributo a Nelson Mandela*. Trabalho apresentado no III Encontro SBPRJ/CPLP, Rio de Janeiro.

- Ortega Martínez, F. A. (2011). El trauma social como campo de estudios. In F. A. Ortega Martínez (Ed.), *Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio* (pp. 17-59). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Secco, C. L. (2010). *Trieb*, 9(1-2), 143-154.
- Winnicott, C., Shepherd, R. & Davis, M. (Orgs.). (1994). *Explorações psicanalíticas* (J. O. de A. Abreu, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

[Recebido em 01.12.2014, aceito em 15.12.2014]

Anna-Maria de Lemos Bittencourt
Rua Miguel Pereira, 34/302
22261-090 Rio de Janeiro, RJ
Tel: 21 2226-7163
annambittencourt@gmail.com